

2.º Ano/2.º Semestre

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Projecto II.	EE	Sem	840	30 (OT)	30	

27 de Julho de 2009. — O Presidente, *Fernando Páscoa*.

202117334

Edital n.º 846/2009

Nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, com as alterações que lhes foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e demais legislação aplicável;

Ao abrigo do Despacho n.º 31161/2008, de 19 de Novembro (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3 de Dezembro), que publica a caracterização e plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, cujo funcionamento foi autorizado por despacho de 23 de Outubro de 2008, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

No cumprimento do Regulamento de Mestrado do Instituto Politécnico de Coimbra n.º 19 151/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 137, de 17 de Julho;

Faz -se saber que está aberto concurso de acesso ao referido ciclo de estudos, a iniciar no ano lectivo 2009/2010, o qual se rege pelas seguintes disposições:

1 — O Instituto Politécnico de Coimbra, através da Escola Superior de Educação que ministra o curso a ele conducente, confere o grau de mestre em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, a seguir designado por mestrado.

2 — A estrutura curricular e o plano de estudos do curso são os que constam em anexo ao presente edital, dele fazendo parte integrante.

3 — O mestrado está organizado em quatro semestres, correspondentes a um total de 120 créditos. Este ciclo de estudos integra um curso de especialização, designado por Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Local e constituído por um conjunto de unidades curriculares correspondente a 25 % do total de créditos; mais um conjunto de mais unidades curriculares correspondente a 25 % e um relatório de estágio, ao qual correspondem 50 % do total de créditos do ciclo de estudos.

4 — Sob proposta do conselho científico da Escola Superior de Educação, fixa-se em 30 o número de vagas colocadas a concurso para ingresso no mestrado.

5 — Para o preenchimento de 20 % das vagas terão prioridade titulares de licenciatura no quadro do processo de Bolonha, desde que referidas no ponto 8 deste edital.

6 — O mestrado funciona com um número mínimo de 20 alunos.

7 — O curso de mestrado tem a duração de 4 semestres, compreendidos entre Setembro de 2009 e Julho de 2011 e funcionará em regime pós-laboral, das 14.30 às 22.30 horas de sextas-feiras e aos sábados.

8 — Podem candidatar -se ao mestrado:

a) Os titulares do grau de licenciado em Animação Socioeducativa, em Animação Sociocultural, em Educação Comunitária e em Educação Social; licenciado em Ciências da Educação, Sociologia e Psicologia e noutros cursos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas; licenciado em Turismo, Teatro, Desporto e Lazer, Comunicação, Ensino ou equivalente legal;

b) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro, com currículo nas áreas de Animação Socioeducativa, Animação Sociocultural, Educação de Adultos e Desenvolvimento Local ou equivalente legal, conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;

c) Os titulares de um grau académico superior, nacional ou estrangeiro, que seja reconhecido, pelo conselho científico, como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado nos domínios acima referidos ou equivalentes.

d) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido, pelo conselho científico, como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos;

9 — A candidatura é feita em impresso próprio, disponível nos Serviços Académicos da Escola Superior de Educação ou em www.esec.pt, acompanhado dos seguintes documentos:

Curriculum vitae resumido (máximo de 3 páginas A4), incluindo as disciplinas realizadas noutros Cursos ou/e nos 4.º e 5.º anos das licenciaturas anteriores a Bolonha;

Documentos comprovativos dos elementos constantes do *Curriculum Vitae*;

Fotocópia do Bilhete de Identidade;

Fotocópia do Número de Identificação Fiscal.

10 — As candidaturas são entregues nos Serviços Académicos da Escola Superior de Educação ou enviadas por correio, com aviso de recepção, para Praça Heróis do Ultramar, 3030 -329 Coimbra.

11 — A não apresentação, no prazo de candidatura abaixo indicado, dos documentos exigidos, é motivo de exclusão do concurso.

12 — Os prazos fixados são os seguintes:

Candidatura: Desde a data de publicação do presente Edital até 28 de Agosto de 2009;

Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: 7 de Setembro de 2009;

Reclamações: 8 e 9 de Setembro de 2009;

Decisão sobre as reclamações: 10 Setembro de 2009

Afixação da lista definitiva dos candidatos admitidos: 10 de Setembro de 2009;

Afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 11 de Setembro de 2009;

Reclamações: 14 e 15 de Setembro de 2009;

Decisão sobre as reclamações: 16 Setembro de 2009

Afixação da lista seriada definitiva: 16 de Setembro de 2009;

Matrícula e inscrição: 17 e 18 de Setembro de 2009.

13 — No caso de não serem preenchidas todas as vagas na primeira fase do concurso, realizar-se-á uma segunda fase de candidaturas com a seguinte calendarização:

Candidatura: 21 a 25 de Setembro de 2009;

Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: 28 de Setembro de 2009;

Reclamações: 29 e 30 de Setembro de 2009;

Decisão sobre as reclamações: 1 Outubro de 2009;

Afixação da lista definitiva dos candidatos admitidos: 1 de Outubro de 2009;

Afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 2 de Outubro de 2009;

Reclamações: 6 e 7 de Outubro de 2009;

Decisão sobre as reclamações: 8 Outubro de 2009;

Afixação da lista seriada definitiva: 8 de Outubro de 2009;

Matrícula e inscrição: 9 de Outubro de 2009.

14 — São admitidos a concurso os candidatos que cumpram os requisitos formais de candidatura e se encontrem numa das condições previstas no ponto 8 do presente edital.

15 — Os candidatos admitidos a concurso são seriados com base em grelha concebida por um Júri nomeado pelo conselho científico da Escola, assente nos seguintes critérios:

A — Currículo Académico:

a) Média de Licenciatura;

b) 4.º ano completo (60 ECTS);

c) Outras formações de nível superior.

B — Currículo científico:

a) Comunicações;

b) Publicações.

C — Currículo profissional e associativo:

A classificação final (CF) será obtida por aplicação da fórmula:

$$CF = (A+B+C)/3$$

16 — As normas a observar em aspectos mais específicos, nomeadamente no que respeita à orientação e co -orientação (se existir), ao prazo limite para a entrega da relatório de estágio, aos termos em que se realiza a cooperação com outro estabelecimento de ensino (se existir) constam de regulamento próprio da Escola Superior de Educação.

17 — A classificação final do mestrado é calculada: pela média (M) entre a média ponderada de todas as unidades curriculares, em função dos respectivos ECTS (C) e a nota da defesa do relatório de estágio (E) obtida por aplicação da fórmula:

$$M = (C+E) / 2$$

18 — São devidos os seguintes emolumentos:

Taxa de candidatura — € 100;

Taxa de matrícula — € 400;

Propina — € 660 por semestre, paga em 4 prestações de €165 cada (em alternativa, a propina poderá ser paga, em prestação única, sendo, então, o seu valor de € 618 por semestre).

ANEXO

Instituto Politécnico de Coimbra

Escola Superior de Educação

Grau: Mestre

Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Psicologia e Ciências da Educação	PCE	30	12
Ciências Sociais	CS	18	
Projecto/Estágio	Várias	60	
<i>Total</i>		108	12

Plano de estudos:

QUADRO N.º 1

1.º Ano/1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Observações
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
Projecto de investigação I	Ciências da Educação.	TP — sem	168	15	30					15	6	Obrigatória.
Grupos e Comunidades em Desenvolvimento Local.	Ciências Sociais	TP — sem	168	30	15					15	6	Obrigatória.
Planeamento e Organização de Projectos.	Ciências Sociais	TP — sem	168		15	30				15	6	Obrigatória.
Seminário Temático I	Ciências da Educação.	TP — sem	168					45		15	6	Obrigatória.
Opção de acordo com as ofertas da ESEC (a).	Ciências da Educação.	TP — sem	168	15	30					15	6	Facultativa.
			840	60	90	30		45		75	30	

(a) Enriquecimento curricular, População Sénior, Adolescentes e Jovens, Prevenção do Insucesso Escolar, entre outras.

QUADRO N.º 2

1.º Ano/2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Observações
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
Projecto de investigação II.	Ciências da Edu- cação.	TP — sem	168	15	30					15	6	Obrigatória.
Educação ao Longo da Vida em Contextos de Lazer.	Ciências da Edu- cação.	TP — sem	168	30	15					15	6	Obrigatória.
Estratégias de Educação de Adultos	Ciências da Edu- cação.	TP — sem	168		15	30				15	6	Obrigatória.
Seminário Temático II	Ciências Sociais	TP — sem	168	15				45		15	6	Obrigatória.
Opção livre.	Ciências da Edu- cação.	TP — sem	168	15	30					15	6	Facultativa.
			840	75	90	30		45		75	30	

QUADRO N.º 3

2.º Ano/1.º e 2.º Semestres

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Observações
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
Projecto de Investigação-Acção	Ciências da Educação.	TP — sem	1680					60	1560	60	60	Obrigatória.

27 de Julho de 2009. — O Presidente, *Fernando Páscoa*.

202116776

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Edital (extracto) n.º 847/2009

1 — Torna-se público que, por despacho de 24 de Junho de 2009 do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, nos termos do n.º 1, alínea *d*) do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, conjugadas com a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 26.º do Despacho Normativo n.º 20/2009, de 12 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 21 de Maio de 2009, e de acordo com o disposto nos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a partir da data de publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso de provas públicas para recrutamento de duas vagas para professor coordenador do quadro de pessoal docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, conforme o mapa anexo à Portaria n.º 360/96, de 19 de Agosto, para a Área Científica de Direito, sendo:

- a*) um professor para as unidades curriculares de Direito Fiscal;
- b*) um professor para as unidades curriculares de Direito Comunitário.

2 — Ao referido concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

3 — São factores preferenciais:

- a*) Doutoramento em Direito (vertente Direito Fiscal e Direito Comunitário) ou área afim;
- b*) Mestrado em Direito (vertente Direito Fiscal e Direito Comunitário) ou área afim;
- c*) Experiência de docência no ensino superior politécnico;
- d*) Experiência profissional na docência da disciplina em que é aberto o concurso.

4 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, e entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, para Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, sito na Avenida Miguel Bombarda, 20, 1069-035 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a*) nome completo;
- b*) filiação;
- c*) data, local de nascimento e nacionalidade;
- d*) estado civil;
- e*) bilhete de identidade, número, data e arquivo que o emitiu;
- f*) residência e número de telefone;
- g*) categoria profissional;
- h*) grau académico e respectiva classificação final;

5 — Os candidatos a concurso deverão instruir os respectivos processos de candidatura com os seguintes documentos:

- a*) Certificado comprovativo do grau ou graus académicos ou fotocópia autenticada da certidão ou certidões que conferem o(s) respectivo(s) grau(s) académico(s);
- b*) Fotocópia do bilhete de identidade;

c) Documento comprovativo de que se encontra nas condições legais exigidas pelo n.º 2 do presente edital;

d) Atestado e certificados que comprovem os requisitos a que se referem as alíneas *c*), *d*) e *e*) do artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

e) Documento comprovativo de terem satisfeito a lei do Serviço Militar, se for caso disso;

f) Sete exemplares do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;

g) Sete exemplares do resumo da lição a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;

h) Sete exemplares da dissertação a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81 de 1 de Julho;

i) Sete exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae*;

j) Quaisquer outros documentos que facilitem a formação de um juízo sobre as aptidões dos candidatos para o exercício do cargo a concurso;

k) Lista completa dos documentos apresentados.

6 — O texto integral da lição (7 exemplares) a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, deverá ser entregue pelos candidatos no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data de notificação da sua admissão a concurso.

7 — Do *curriculum vitae* detalhado que deverá pôr em evidência as competências científicas e pedagógicas deverão constar:

a) Habilitações académicas, graus académicos, classificações, datas e instituições em que foram obtidos;

b) Outros cursos de graduação ou pós-graduação, com a indicação da classificação, datas e instituição em que foram obtidos;

c) Formação e experiência profissionais (datas, locais, classificação de cursos ou estágios profissionais e instituições em que exerceu a actividade profissional a qualquer título), no âmbito da área e grupo de unidades curriculares em que é aberto o concurso;

d) Outras funções exercidas no domínio do ensino, indicando quais as datas e instituições em que foram realizadas;

e) Participação em experiências de inovação, congressos, conferências, seminários e outras reuniões de natureza idêntica. Os elementos fornecidos deverão permitir avaliar o grau de intervenção e responsabilidade do candidato, bem como os resultados finais de experiência.

f) Trabalhos de investigação técnicos e ou didácticos e ou científicos, bem como outros elementos que permitam avaliar a qualidade dos trabalhos produzidos;

g) Orientação de trabalhos científicos;

h) Integração em órgãos de Gestão.

8 — O júri poderá exigir a comprovação dos elementos constantes do *curriculum vitae*;

9 — O júri reserva ainda a possibilidade de solicitar informações complementares se tal for considerado necessário;

10 — Os métodos de selecção e ordenação dos candidatos basear-se-ão no disposto nos artigos 26.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;